



AFINIDADES ELETIVAS:

O texto e o discurso

ELECTIVE AFFINITIES:

The text and the discourse

Renata Coelho Marchezan

UNESP – Universidade Estadual Paulista/Araraquara

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir sobre algumas definições que os termos texto e discurso recebem em diferentes linhas de pesquisa. Verifica-se que os conceitos funcionam isoladamente ou em conjunto; em oposição ou em complementaridade; hierarquicamente ou de modo coordenado. Na análise desse quadro, mais do que identificar (as) distinções entre os dois termos – já que elas se modificam de um campo teórico para outro – buscamos encontrar as orientações teóricas mais amplas que, nos estudos sobre a linguagem, promovem as distinções e o emprego dos dois termos.

Palavras-chave: texto; discurso.

Abstract: This article has the aim of reflecting about some definitions that the terms text and speech receive in different research lines. The concepts work isolated or in group; in opposition or in complementarity; hierarquically or in a coordinate way. The analysis of this chart, more than identifying (the) distinctions between the two terms – as they modify from a theoretical field to another – we tried to find the widest theoretical orientations that, in language studies, promote the distinctions and the use of both terms.

Key-words: text; discourse.

Quando buscamos refletir sobre as concepções de texto e discurso, não é difícil nos achar, de repente, como em um jardim borgiano de caminhos que se bifurcam. Posição instigante, mas também afluente. É necessário percorrer o labirinto, mesmo que não acreditemos em uma saída correta e que não procuremos as aventuras dos trajetos inusitados. Percebamos ao final do trajeto, as contribuições das rotas batidas que se conseguiu aproveitar.

Propomos considerar diferentes teorias que se ocupam do texto e/ou do discurso: o dialogismo bakhtiniano, a semiótica greimasiana e outras análises do discurso, que indicamos, assim, no plural. É bom esclarecer: embora o termo discurso integre outras áreas de conhecimento, o domínio que se pretende percorrer é o da lingüística, o das ciências da

linguagem; o que já implica uma perspectiva, e não outra. Examinamos as continuidades e as descontinuidades teóricas entre os dois conceitos, quando eles coabitam, se distinguem e relacionam, ou não coabitam internamente em cada fronteira teórica. Ampliando o foco, os comparamos nas diferentes abordagens. Os percursos, aproximações e distanciamentos visam aos diferentes objetos, mas, aproveitando a caminhada, exploramos os focos, as lentes, que permitem o destaque das orientações teóricas mais amplas que, nos estudos sobre a linguagem, promovem as distinções e o emprego dos dois termos.

Pode-se depreender, no estabelecimento da lingüística moderna, o interesse pela “regularidade”, entendido em contraposição à “diversidade” (e porque não relacioná-los, mesmo que parcialmente, aos procedimentos dos analogistas e dos anomalistas¹, e suas concepções da linguagem, respectivamente, de base convencional e naturalista). Essa primeira demarcação pode ser mais especificada com outros pares: imanência / transcendência; abstração / atualização; generalização / singularização; objetividade / subjetividade; lingüístico / social, paradigma formal / paradigma funcional.

O homem na língua

A reflexão sobre o conceito de discurso no âmbito da lingüística moderna pode iniciar-se por um dos marcos de sua história, que foram os estudos de E. Benveniste, cujas considerações de que a frase não constitui uma unidade a mais, do mesmo caráter das unidades já, então, consagradas pela lingüística – fonema, morfema e lexema – expõem os limites da teoria e da metodologia e demarcam outro campo, um “novo domínio” (BENVENISTE, 1976: 137), para o tratamento da frase.

Como as outras unidades, a frase pode ser segmentada, mas “não é uma classe formal que teria por unidades ‘frasesmas’ delimitados e *oponíveis entre eles*. Os tipos de frase que se poderiam distinguir reduzem-se todos a um único, a proposição predicativa, e não existe frase fora da predicação” (BENVENISTE, 1976: 138). Ela, portanto, não integra outro tipo de unidade; não tem um nível, propriamente lingüístico, que lhe seja superior.

Sem deslocar o curso dos lingüistas, Benveniste, antes, o bifurca; melhor dizendo, o diversifica, reabrindo rotas, que não mais acredita prescindíveis: “A frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação. Concluimos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento² de comunicação, cuja expressão é o discurso” (BENVENISTE, 1976: 139).

O estudioso declara que a frase³ é, sim, uma unidade, mas do discurso, e encontra argumento nas modalidades frasais – assertiva, interrogativa e exclamativa – que evidenciariam a relação estreita da frase com as atitudes dos locutores e com as situações comunicativas.

Com Benveniste, então, destaca-se o par língua / discurso e afirmam-se duas lingüísticas, bem como a relação entre elas: a que se ocupa da língua, das unidades mínimas

¹ “Guardadas as devidas proporções, pode-se dizer que certas discussões atuais sobre o lugar da teoria e do uso na lingüística continuam a polêmica entre anomalistas e analogistas” (DUBOIS, 1978: 54).

² Embora utilize o termo “instrumento”, Benveniste não se esquece de alertar que a língua não é um simples instrumento produzido pelo homem e dissociado dele. É na apropriação da língua, “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (...). A comunicação “é apenas uma consequência totalmente pragmática” (BENVENISTE, 1976: 286).

³ O termo frase pode ser substituído por “enunciado”, que também será preferido por outras teorias que vão tratar da enunciação.

ao nível máximo da frase; e a outra que se ocupa do discurso, do “homem na língua”. O estudioso, não deixar de enfatizar, que é na comunicação viva, “no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem. Poder-se-ia dizer decalcando uma fórmula clássica: *nihil est in lingua quod non prius fuerit in oratione*” (BENVENISTE, 1976: 140).

Acompanhando-o em “A natureza dos pronomes”, podemos observar que a direção de sua reflexão, no entanto, parte da língua para o discurso – e não em mão inversa –, caminho que explora tendo os pronomes como batedores. O “ele”, a “não-pessoa”, é do domínio da língua, mas o “eu” e o “tu”, que compreendem a qualidade de “pessoa”, a extrapolam. São do âmbito do discurso, assumem valores diferentes a cada enunciação particular, a qual remetem. Benveniste enfatiza: sem esses dois pronomes e seus sentidos móveis, sempre renováveis, precisaríamos de elementos singulares para cada enunciação, o que seria o caos da comunicação.

A classe pronominal não é, portanto, homogênea: há pronomes que têm propriedades da língua; outros, do discurso. A classe dos pronomes impõe a consideração das “instâncias do discurso”, definidas como “os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor” (BENVENISTE, 1976: 277).

Ao dizer “eu”, o locutor toma para si o exercício da palavra e se estabelece como sujeito, em presença de um outro. A situação discursiva, que pressupõe o diálogo, é, pois, constitutiva da “pessoa”. “Eu” / “tu” bem como as instâncias temporais e espaciais com as quais se instituem são as unidades fundamentais do discurso e funcionam como eixos de organização dos outros elementos lingüísticos em cada enunciação.

Com língua / discurso, pode-se recuperar o par regularidade / diversidade – a língua está para a regularidade, assim como o discurso está para a diversidade –; relacionado a este, o par objetividade / subjetividade específica melhor a contribuição de Benveniste, que, em um domínio de despersonalização da língua, postula a consideração do “homem na língua”⁴ e das especificidades da frase. Com o discurso, assim entendido, Benveniste inscreve a diversidade na abordagem lingüística, sem desconsiderar as regularidades da língua.

As análises do discurso

Na lingüística que considerava a frase o limite superior de seu objeto de estudo, o termo ‘discurso’ e também o termo ‘texto’ surgem concentrando as tentativas de descrição das relações interfrásticas que constituem a significação. E, como se destacou acima, quando se trata do primeiro, o discurso, considera-se a apropriação da língua por um sujeito (melhor, por um “eu” e um “tu”).

É essa introdução do termo discurso na lingüística que é recuperada por P. Charaudeau e D. Maingueneau (2004), no “Dicionário de análise do discurso”, para tomá-lo como um termo transversal a diferentes domínios teóricos consignados na obra. Escolha acertada diante dos objetivos propostos e expressos no prefácio: apreensão da diversidade de um campo de pesquisa, descompartmentalização das diferentes correntes teóricas, não uniformidade, mas constituição de redes. Com esses propósitos, realizados pela reunião de vários estudiosos chamados a redigirem os verbetes, os responsáveis pelo projeto do dicionário visam, segundo suas próprias palavras, fornecer um “instrumento de trabalho” e

⁴ Não se trata de uma perspectiva subjetivista, mas da contribuição que significou a reconsideração da enunciação, da “eu” e do “tu”, nos estudos lingüísticos.

também, mais ousadamente, “assinalar a emergência de uma disciplina e marcar de alguma forma o território de um campo de pesquisas que é cada vez mais visível na paisagem das ciências humanas e sociais”. No corpo do dicionário propriamente dito, o verbete ‘análise do discurso’, escrito por D. Maingueneau, faz, logo de início, eco ao prefácio: “Disciplina relativamente recente, que constitui o objeto deste dicionário”. Ainda segundo o verbete, “é difícil retrair a história da análise do discurso, pois não se pode fazê-la depender de ‘um’ ato fundador, já que ela resulta, ao mesmo tempo, da ‘convergência’ de correntes recentes e da ‘renovação’ da prática de estudos muito antigos de textos (retóricos, filológicos ou hermenêuticos)” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004: 43).

A análise do discurso, projetada pela obra, é a análise *above and beyond the sentence*, não é a análise do discurso francesa, ou não é apenas e principalmente a análise do discurso francesa. A análise do discurso francesa é contemplada em diferentes verbetes, nos quais é também diferentemente modalizada, às vezes tratada ‘de dentro’, às vezes, ‘de fora’ (no tempo verbal passado, por exemplo; quando se situa no domínio amplo de uma análise do discurso, como busca traçar o referido dicionário). Os autores explicitamente também não se dirigem somente aos franceses, mas a um público internacional de “interessados cada vez mais numerosos” no estudo do discurso. A análise do discurso não é somente francesa, nem somente para os franceses.

A posição de ‘mistura’⁵ do citado dicionário não é consensual; e não é consensual também na França, em que recebe uma resposta dos ‘historiadores do discurso’, da parte de J. Guilhaumou, que, embora tenha contribuído com alguns verbetes e reconheça a contribuição da obra, critica sua proposta geral e, em particular, alguns verbetes redigidos por D. Maingueneau. Em contraposição a um outro dicionário – “Termes et concepts pour l’analyse de discours”⁶ –, Guilhaumou discorda do que entende como tentativa de estabilização da análise do discurso em detrimento de seu poder de crítica, interrogação e experimentação. Assinala, ainda, a exploração, que vai qualificar de instrumental, tanto de conceitos quanto de questões propriamente lingüísticas, em oposição à consideração da materialidade lingüística, para o tratamento da qual o artigo retoma (e transforma) a noção de formação discursiva, seu foco principal.

Esses dois movimentos contrários, de mistura e triagem, ou seja, de afirmação da diversidade – no dicionário de Charaudeau e Maingueneau – e de afirmação da especificidade – no artigo de Guilhaumou –, permitem traçar, de um lado, o amplo território do discurso, considerado uma unidade lingüística para além da frase produzida por sujeitos em situações sociais; e, de outro lado, um território específico do discurso, entendido, a depender das tendências da análise como formação discursiva, como posicionamento.

Embora o dicionário traga os dois verbetes – texto (assinado por Jean-Michel Adam) e discurso (assinado por Maingueneau) – em entradas separadas, a obra não privilegia a distinção entre eles, concentra-se mais em mostrar a sua complementaridade. Pode-se dizer, que, para esses verbetes, o tratamento do texto como uma gramática, ou seja, o exame das regularidades de sua coesão frasal, esgotou-se e deu lugar à sua definição como uma unidade do uso da língua em uma situação de interação, de contexto; o que aproxima as definições de texto e discurso. “As bases lingüísticas [do texto] facilitam o estabelecimento de um sentido configuracional e a determinação de um propósito argumentativo”, mas “o julgamento definitivo de [sua] coerência resulta da articulação do texto com o contexto sociopragmático da interação, ou seja, com a dimensão discursiva englobante” (CHARAUDEAU;

⁵ São aproveitados, aqui, os conceitos ‘triagem’ e ‘mistura’, postulados por Bastide (1987).

⁶ Détrie, C., Siblot, P., Verine, B. (eds.). **Termes et concepts pour l’analyse du discours. Une approche praxématique**. Paris, Champion, 2001.

MAINGUENEAU, 2004: 467-8). Em contraposição à concepção de que o discurso é a relação do texto com o seu contexto, como pode parecer à primeira vista, quer-se destacar que texto e contexto são considerados indissociáveis, nos estudos recentes sobre o texto.

Nesses termos, tanto a noção de discurso quanto a de texto abrigam-se sob a “diversidade”; ou, em outras palavras, sob o signo da “transcendência”, se, com esta, em oposição à “imanência”, considerarmos a ampliação do objeto da lingüística para a inclusão dos estudos *above and beyond the sentence* e para abranger a reflexão sobre a relação da língua com o homem/com a sociedade. Pode-se tomar também o par opositivo lingüístico / social, e esboçar, na tensa relação entre eles, o lugar de consideração tanto do texto quanto do discurso. Não se trata de opor texto e discurso, relacionando a abordagem do texto à língua e a do discurso a uma perspectiva social da linguagem, de maneira semelhante como se opõe, por exemplo, o par (este, sim, a expressão de uma ruptura teórica) formal / funcional (que não se baseia em intuições do falante, mas, sim, no uso lingüístico).

Já dissemos que a posição do “Dicionário de análise do discurso” não é consensual. Como se sabe, há domínios em que o texto é considerado “o material bruto lingüístico”, do qual se depreende o objeto discursivo e, deste, as configurações discursivas e ideológicas. “Quando conhecemos o processo discursivo podemos dispensar o material de análise inicial, pois estaremos de posse do funcionamento discursivo que pode ser generalizado para outros conjuntos de material, outros textos” (ORLANDI, 2006, 17). O que, para os nossos propósitos, podemos também esquematizar com o par lingüístico / social; no entanto, com outra disposição: a de examinar, sim, o lingüístico, a textualidade, que traz inscrita a sua historicidade, mas para reter a historicidade, a ideologia.

Também Possenti reafirma essa vocação de uma dada análise do discurso: “Para a AD, (...) um texto faz sentido não por sua relação com o contexto, ou em decorrência de conhecimentos que o leitor tenha estocado ou que rememora e coloca em funcionamento ao ler/ouvir, mas por sua inserção em uma FD, em função de uma memória discursiva, do interdiscurso, que o texto retoma e do qual é parte. Ou seja, não há propriamente texto, concebido como uma unidade; o que há são linearizações concretas (materiais) de discursos” (POSSENTI, 2004, 365). Em nota de rodapé, no entanto, Possenti chama a atenção para a alteração desse quadro nas pesquisas que levam em consideração o gênero. E essa é uma importante consideração a reter para a nossa reflexão.

Na relação língua / discurso ou texto / discurso, o foco da AD incide sobre o segundo termo (e não na tensão entre eles), sobre a busca de suas “regularidades”.

Em relação às regularidades da lingüística imanente, a noção benvenistiana de discurso, conforme enfatizamos, caracteriza-se pela exploração das diversidades, no âmbito da lingüística. Fora do domínio da lingüística, as bases estruturalistas da AD configuram, primeiramente, um objeto regular. Essa questão é explorada, por exemplo, por Pêcheux (1990), em *Discurso: estrutura ou acontecimento*, que afirma, além da regularidade, a pertinência, no âmbito da AD, da diversidade, da heterogeneidade, da singularidade, do acontecimento, no âmbito da AD.

Para Pêcheux, há objetos discursivos mais logicamente estabilizados e objetos discursivos mais sujeitos às instabilidades da enunciação. Estes são próprios das disciplinas da interpretação; é possível depreender, também deles, valores sociais recorrentes; no entanto, aplicada a eles, a “concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobre-interpretação antecipadora” (1990, 56). As generalizações podem impedir a identificação de “uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação” (PÊCHEUX, 1990, 56).

Instala-se, assim, na AD, de tradição estrutural, o acontecimento, o exame do discurso como um acontecimento, único e vivo (que nos remete também ao dialogismo bakhtiniano, como veremos a seguir).

O dialogismo

‘Fora do texto não há salvação’ é uma afirmação de A. J. Greimas, cuja interpretação, polêmica, aponta, na maioria das vezes, para a consideração da imanência textual. Pode-se também escutar, nas reflexões do Círculo de Bakhtin, um ‘fora do texto não há salvação’, mas a expressão estaria ressignificada: nesse domínio, o texto – considerando, aí, os verbais e não-verbais – é o “dato primário” e o “ponto de partida” necessário das ciências humanas, “uma realidade imediata”: “onde não há texto não há objeto de estudo e pensamento” (BAKHTIN, 1997, 329).

Diferentemente das demais, as ciências que se ocupam do homem – não somente as que lidam com sua linguagem, mas também com sua consciência, seus atos, seu inconsciente, seu espírito – não têm objeto diretamente observável, chegam ao homem por meio dos textos que manifesta. Nesse domínio, o texto é conceituado, de modo amplo, como “conjunto coerente de signos”: aí incluídos também “os produtos da arte”, mesmo o “ato humano é um texto potencial”. As ciências humanas compreendem, pois, “textos sobre os textos”, dos quais, então, os estudiosos não podem afastar-se. (BAKHTIN, 1997, 329-334).

Tal como o faz com a noção de língua, também em relação ao texto (e o mesmo em relação ao discurso⁷), Bakhtin considera-lhe tanto o que é da ordem do repetível, reproduzível; quanto o que se relaciona à sua singularidade, ao seu caráter único e irreproduzível; vinculado a um autor, a uma realidade determinada. É necessário, contudo, uma ressalva: as regularidades, para Bakhtin, não são abstrações. “A categoria da linguagem única é uma expressão teórica dos processos históricos da unificação e da centralização lingüística, das forças centrípetas da língua. A língua única não é dada, mas, em essência, é estabelecida em cada momento da sua vida, ela se opõe ao discurso diversificado” (BAKHTIN, 1988, 81). De modo interessante, Bakhtin situa, entre o que estamos chamando regularidade e diversidade, as reflexões das ciências humanas, que se distinguem ao tenderem, também de diferentes maneiras, mais para esta ou para aquela (BAKHTIN, 1997, 332).

Na perspectiva bakhtiniana, buscar a compreensão das “formas concretas dos textos” (do discurso, do enunciado), que ocorrem em condições dialógicas, que não são naturais, imprevistas, mas, sim, sociais, históricas, é alcançar também o homem, a sociedade que o constitui e é constituída por ele. Tal como o homem, o texto é complexo, heterogêneo; dele ressoam vozes sociais diversas, que se apóiam, que se debatem. Reiteração de outras vozes já conhecidas, o texto é, ao mesmo tempo, uma voz única e irreproduzível. E é essa singularidade mesma que explica sua existência, seu acontecimento.

Em contraposição a uma concepção estritamente lingüística do texto, para qual o texto é um sistema, que se dedica a descrever-lhe as regularidades, a concepção bakhtiniana

⁷ Para a reflexão sobre texto e discurso, neste trabalho, baseamo-nos, principalmente, em Bakhtin (1988 e 1997). Nesta obra, há uma longa consideração sobre o texto, em “O problema do texto”. Naquela, em “O discurso no romance”, o autor considera a palavra / o discurso no romance, na literatura. No entanto, ao afirmar a inadequação da estilística tradicional para o estudo da prosa e apontar, na retórica, uma boa fonte para sua transformação, considera os discursos de maneira geral: “as formas retóricas abordadas corretamente e sem preconceito revelam com grande precisão os aspectos próprios a qualquer discurso (sua dialogização interna e os fenômenos que o acompanham) [...] (BAKHTIN, 1988: 79). “A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo o discurso” [...] (BAKHTIN, 1988: 88).

do texto como enunciado, como voz social, como linguagem em ato, reconhece as regularidades do texto, sim, mas, como já apontamos, em suas relações com outros textos – relações intertextuais, dialógicas. Relações com outros textos, cada um deles, igualmente irreproduzíveis.

No contexto bakhtiniano, a expressão russa *slovo*, “palavra”, “discurso”, significa tanto a palavra tomada individualmente, como a linguagem em ação, em suas relações dialógicas, concretamente considerada, com seu caráter social e histórico.

Podemos concluir que, nesse contexto de reflexão, não importam muito os termos: texto, discurso, palavra, enunciado, enunciação. Todos esses termos são considerados tanto por uma dada lingüística, quanto, em contraposição a ela, pela perspectiva dialógica. Esses diferentes tratamentos são a grande oposição a reter. Os termos ‘texto’, ‘palavra’, ‘discurso’, ‘enunciado’ podem ser concebidos, e são, por uma dada lingüística, para descrever objetos, para abstrair-lhes a forma do material (BAKHTIN, 1988). Os mesmos termos – ‘texto’, ‘palavra’, ‘discurso’, ‘enunciado’ – constituem, porém, outros conceitos, na reflexão bakhtiniana, em que, como vimos, são indissociáveis de outras noções, tais como: ‘sujeito’, ‘diálogo’, ‘interação’, ‘comunicação’, ‘ato’, ‘acontecimento’, ‘enunciação’.

O Círculo de Bakhtin critica a imanência lingüística, a consideração da palavra ideologicamente neutra; ocupa-se da tensão, sempre dinâmica, entre a “regularidade” e a “diversidade”, e acentua o caráter social tanto de uma, quanto de outra. As relações dialógicas de todo discurso/texto/enunciado, explicam seu caráter, ao mesmo tempo, de repetição e de singularidade.

A semiótica discursiva de linha francesa

A semiótica discursiva de linha francesa tem em A. J. Greimas – de que citamos, anteriormente, a afirmação: “Fora do texto não há salvação” – o seu mais importante formulador. Define-se como uma teoria geral da significação. Uma teoria da linguagem. Não uma teoria particularmente lingüística, embora sua herança o seja. Assim, a semiótica não se ocupa, por exemplo, da descrição frasal; filia-se às abordagens semânticas que rompem a barreira da frase atingindo o texto, considerando-lhe as regularidades de sua organização interna. Tradicionalmente atenta às teorias lingüísticas, a semiótica vai, logo e a seu modo, com a lingüística enunciativa, incorporar em seus domínios a questão da enunciação.

O estatuto que a semiótica confere ao sentido vincula-a à distinção saussuriana entre forma e substância. Em Saussure, a distinção entre forma e substância e a proposição de que a língua “produz uma forma e não uma substância” (SAUSSURE, 1972: 131) delimitam o objeto da lingüística e definem sua atuação na fronteira, em que se combinam conteúdo e expressão. Com Hjelmslev, que desdobra a forma em forma do conteúdo e em forma da expressão, abre-se à semiótica caminho para o estudo particular do sentido. Da forma do conteúdo, em que a organização do sentido é, a princípio, considerada independentemente de sua forma da expressão. Com suas contribuições, Hjelmslev “libera a análise semântica das coerções do signo” (GREIMAS; COURTÉS, s.d.: 403), e permite a proposição, pela semiótica, do percurso gerativo de sentido, que visa descrever a constituição da unidade mais ampla do discurso.

A significação para a semiótica não é entendida como um “a priori” já constituído, que se dê integralmente e de uma vez por todas, mas, antes, como o resultado de articulações do sentido. É essa constituição do sentido que busca descrever, opondo-se, portanto, ao posicionamento de que sobre o sentido nada se pode ou se deve dizer, por ser evidente ou intraduzível, recusando também a paráfrase, pessoal, impressionista, a interpretação intuitiva. As preocupações da semiótica traduzem-se, assim, na explicitação do

modo por meio do qual o sentido se constitui; em outras palavras, busca-se *o quê*, mas por vias do *como*; não o sentido verdadeiro, mas, antes, o parecer verdadeiro, o simulacro.

Nesse contexto, é produtiva a distinção entre discurso e texto. “Particularmente polissêmico, o termo discurso designa, de uma maneira geral, a realização do processo semiótico manifestado pelo texto” (BERTRAND, 2003: 417) e, particularmente, o nível mais complexo do processo. Neste último caso, o discurso é caracterizado pelos procedimentos enunciativos, pelos temas e valores assumidos e por sua dimensão pragmática, aí incluídos as ações realizadas e os efeitos sobre o enunciatário.

A descrição do sentido, pela teoria semiótica clássica (também chamada *standard*), é realizada por meio da proposição de níveis diferentes de abstração – fundamental, narrativo e discursivo –, que compreendem um percurso gerativo. Os três níveis de abstração propostos compreendem a descrição do sentido discursivo global, manifestado pelo texto. O nível fundamental propõe a apreensão de macro-categorias semânticas que correspondam aos fundamentos sobre os quais o sentido é construído. Um exemplo dessas categorias é a oposição vida / morte, que pode presidir a constituição de um texto, de um modo bem específico; mas que, de uma certa maneira, está no cerne de todos textos. Estes sempre trazem, ao fim e ao cabo, uma história de vida ou uma história de morte, se entendemos vida / morte como categorias fundamentais, mais abstratas, que se desdobram em, por exemplo, vitória / derrota, ganho / perda, liberdade / opressão, juventude / velhice, etc. O segundo nível do percurso gerativo do sentido estipula conceitos que permitem reconhecer a narratividade que estrutura, repetimos, não as frases, mas o discurso como um todo: uma dinamização das relações entre sujeito e objeto. O último nível, o discursivo, representa a etapa mais concreta do percurso gerativo do sentido, responsável, principalmente, pela apreensão da figuratividade e das relações entre enunciação e enunciado. O termo discurso designa esse terceiro patamar da teoria, mas, sendo este o último nível, o termo nomeia também o processo semiótico como um todo, a realização do percurso gerativo⁸.

A teoria do discurso, na perspectiva semiótica, constitui, assim, um modelo de previsibilidade da forma do conteúdo, da organização do sentido, que descreve “uso”, “os produtos da práxis enunciativa e cultural, sob a forma de esquemas canônicos, de gêneros, de registros, etc., parte impessoal da enunciação, que é invocada – ou revogada – por um enunciador individual quando da realização de seu discurso” (BERTRAND, 2003: 87).

A semiótica propõe, assim, uma metalinguagem própria para a descrição da significação em geral, incluindo o sentido veiculado pelas línguas, tratando-o de maneira semelhante ao sentido manifestado por outras linguagens, as linguagens não-verbais. Para a semiótica, há uma instância do sentido, o discurso, que goza de um estatuto comum independentemente de sua manifestação em diferentes linguagens; em termos semióticos, independentemente de suas diferentes textualizações. A semiótica entende o texto como o plano da expressão de um conteúdo e a textualização a realização desse processo. Ao estudar a textualização, ou seja, a manifestação do discurso em textos verbais, não-verbais e sincréticos, ocupa-se também das especificidades de cada semiótica, cujas formulações

⁸ Fontanille (2008) reflete sobre a noção de discurso na semiótica. Para tanto examina diferentes tendências que se desenvolvem a partir da semiótica francesa: A semiótica subjetal, com as formulações, principalmente, de J. C. Coquet; a semiótica suíça, com as pesquisas de J. Geninasca e a semiótica tensiva, com seus próprios trabalhos e os de C. Zilberberg. No contexto desta última, Fontanille destaca que o discurso é um ponto de vista “descendente” e não “gerativo”, como era entendido no modelo *standard*: a semiótica tensiva “evita a questão da geração da geração da manifestação textual, fazendo dela o termo *ad quo* da análise”. A semiótica tensiva “inverte a relação entre discurso, manifestação e texto: a análise aborda uma manifestação textual e nela descobre pouco a pouco uma organização, submetida a uma enunciação, caracterizada como discurso” (FONTANILLE, 2008: 04).

decorrem da semiótica geral, ao mesmo tempo em que esta também daquelas se nutre. Um mesmo discurso, ou mais precisamente, um discurso semelhante, pode ser manifestado, por exemplo, por um texto publicitário para transmissão radiofônica e por um texto publicitário não-verbal para ser publicado em revistas.

Nesse contexto, é, pois, produtiva, como já dissemos, a distinção entre discurso e texto. As fronteiras que se estabelecem entre discurso e texto dizem respeito, mais especificamente, às tensões entre conteúdo e expressão. Com a semiótica, atenta-se à relativa independência do conteúdo que pode ser manifestado por diferentes linguagens verbais e não-verbais; atenta-se também à consideração da expressão, que trabalhada esteticamente acaba também por significar. A expressão poética também significa.

O par, de recorte bem amplo, que exploramos desde o início deste artigo, “regularidade” / “diversidade” permite também caracterizar a semiótica, que, primeiramente, tem como objetivo descrever as regularidades da organização do sentido, e o faz por meio dos caminhos abertos pela lingüística saussuriana, acompanha Benveniste na ampliação do objeto para incluir da enunciação.

Considerada uma nova teoria semiótica, ou, mais freqüentemente, um desdobramento da chamada teoria *standard*, as pesquisas mais recentes têm atentado para diferentes aspectos que, no âmbito deste trabalho, abrigamos sob o pólo da “diversidade”, representado, aqui, pelo segundo elemento dos pares, que já mencionamos: abstração / atualização; generalização / singularização; objetividade / subjetividade; lingüístico / social. Referimo-nos a algumas tendências na semiótica atual: a alteração e alargamento do papel teórico da enunciação; a proposta de inclusão da questão da substância, do par forma e substância; o desenvolvimento de estudos sobre a estesia, sobre o estilo; a consideração do contexto como elemento integrante do todo de significação.

Para concluir

Mais do que os termos “texto” e “discurso” – heterogêneos, polissêmicos, e não poderia ser diferente, porque impregnados de suas diferentes acepções teóricas –, são os pares indicados que melhor mostram as inclinações das abordagens particulares.

Na relação entre o lingüístico e o social, instalam-se, como já dissemos, as análises do discurso. Está presente, por exemplo, na equação: discurso = texto + contexto social, e presente também no rebate dessa equação quando se afirma que o contexto é constitutivo do texto. No tratamento desse par, identificam-se, então, de um lado, a materialidade lingüística (ou a materialidade textual) e, de outro, a depender do olhar teórico, as formações discursivas, os posicionamentos, as relações interdiscursivas, o extralingüístico. Os diferentes tratamentos ora sublinham o social, ora, o lingüístico; com diferentes direções, ora partem do lingüístico para o social, ora do social para o lingüístico, interessando-se pelos dois, ou descartando o lingüístico após a análise. As diferentes abordagens privilegiam, exclusiva ou preferencialmente, ora os fatores pragmáticos, ora as condições ideológicas.

O par generalização / singularização, mais do que auxiliar a distinção de conceitos, caracteriza as abordagens, e, é interessante apontar, assinala uma tendência geral das áreas mencionadas. De um lado, o reiterado; de outro, o singular, único, irreproduzível. De um lado, a estrutura; de outro, o acontecimento. No dialogismo, a consideração do único, do particular, do diferente, no repetido, no geral, no mesmo, é o antídoto contra a análise que engessa, contra as cristalizações e abstrações a que estão sujeitas as generalizações. Ou, como alerta Pêcheux, no âmbito da AD, a consideração não somente da estrutura, mas também do acontecimento, permite apreender a “agitação nas filiações sócio-históricas de identificação”.

O par conteúdo / expressão, que nos permite entender a relação discurso / texto na semiótica, situa, de um lado, a descrição da organização do conteúdo e, de outro, a descrição de sua manifestação. Assim, metodologicamente, consideram-se conteúdo e expressão com relativa independência. Postula-se o exame do discurso e de suas manifestações em textos verbais, textos não-verbais e textos sincréticos. Sem esquecer o problema da incomensurabilidade teórica, podemos afirmar que essa disposição, bem operacional na semiótica, não é de todo estranha às análises do discurso que lidam com a materialidade lingüística.

Não é difícil concluir que os estudos do texto e do discurso tendem à diversidade (à transcendência), à busca de relação com outros domínios teóricos, para o entendimento de seu objeto. Não contribuiria muito, no entanto, se esta reflexão se sustentasse apenas no par regularidade / diversidade, ou imanência / transcendência. Com os outros pares, tenta-se afinar as diferentes inclinações, que, no entanto, mostram todas elas a disposição para afastar-se dos esquemas lógicos, do lugar tranqüilo das coerências teóricas, para aventurar-se no terreno móvel (movediço?) das buscas à maior adequação ao objeto.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética. (A teoria do romance)**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BASTIDE, F. Le traitement de la matière. Opérations élémentaires. **Actes sémiotiques – documents**, vol. IX, n° 89. Paris: CNRS, 1987.
- BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral**. Trad. M. G. Novak & L. Neri. São Paulo: Ed. Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- BERTRAND, D. **Caminhos de semiótica literária**. Bauru, SP: Edusc, 2003.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (org.). **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- DUBOIS, J. e outros. **Dicionário de lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- FONTANILLE, J. Semiótica do discurso: balanço e perspectivas. **CASA**, vol. 6, no. 1, julho de 2008.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. Trad. A. Dias-Lima et al. São Paulo: Cultrix, s.d. (título original, 1979).
- GUILHAUMOU, J. Où va l'analyse de discours? Autour de la notion de formation discursive. In: **Texto!** Textes et cultures. Dits et inédits.
http://www.revue-texto.net/Inedits/Guilhaumou_AD.html. Acesso em: 29 maio 2007.
- HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- HJELMSLEV, L. **Ensaio lingüístico**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- ORLANDI, E.; RODRIGUES, S. (Org.). **Introdução às ciências da linguagem III: discurso e textualidade**. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006. v. III.
- PÊCHEUX, M. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.
- POSSENTI, S. Análise do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Editora Cortez, 2004, v. 3, p. 353-392.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. Trad. A. Chelini, J. P. Paes & I. Blikstein, 1972.

VOLOSHINOV, V./ BAKHTIN, m. Discurso na vida e discurso na arte. Trad. Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza. Disponível em: <<http://www.shef.ac.uk/uni/academic/A-C/bakh/bakhtin.html>>. Acesso em: 27 ago. 2001.